

Notas e informações

Política econômica imposta sem debates

Consta que, antes de terminar a reunião do Conselho Monetário Nacional, o professor Octávio Gouvêa de Bulhões, com a discrição que sempre o caracterizou, retirou-se em silêncio, sem dizer os motivos por que saía. Os outros membros do Conselho Monetário só vieram a entender o significado de sua atitude ao ler no noticiário da imprensa, no dia seguinte, a expressão de desabafo do ex-ministro da Fazenda, diante dos jornalistas: "É, naquele ambiente, lá em cima, a inflação não cai. Não saio desiludido da reunião, mas não estou iludido". O professor Bulhões havia-se escandalizado, momentos antes, com a tranqüilidade com que o ministro Ernane Galvêas informara que a inflação ficaria este ano em torno de 160% e que no próximo ano a inflação média ficaria em torno de 90%...

Havia certa expectativa em relação a essa reunião do Conselho, em que as autoridades monetárias se limitaram a expor, rapidamente, os compromissos assumidos com o FMI e cuja principal decisão tomada foi a de reduzir, de 1.000 para 500 dólares, a disponibilidade em divisas oferecidas aos turistas para suas viagens ao Exterior. Não deixa de causar alguma decepção o fato de se haver dado importância muito maior ao "sacrifício" imposto à casta dos privilegiados que podem viajar para o Exterior do que ao programa que o governo se comprometeu a seguir com o FMI, o qual talvez exija sacrifícios de toda a população do País.

Pode-se suspeitar de que, ao reduzir o montante das divisas destinadas a viagens internacionais (medida que a total falta de liquidez tornou absolutamente imperiosa), nosso governo se tenha inspirado na conduta do governo socialista francês, que deu destaque às

restrições — bem mais severas do que as nossas — às viagens internacionais, para que a opinião pública não desse atenção a medidas muito mais importantes que eram tomadas na mesma ocasião, notadamente as que aumentavam a carga fiscal.

Embora se possa discutir o programa recomendado pelo professor Bulhões — sobretudo o tópico referente à redução do crédito oferecido à agricultura, que nos parece bem mais ousado do que sua proposta original, em favor de um corte imediato dos créditos subsidiados —, deve-se reconhecer que o ministro da Fazenda do governo Castello Branco tem inteira razão ao reagir contra a serenidade com que o governo aceita uma inflação de 160%. O governo traçou, porém, um programa, que está submetendo ao FMI, destinado a reduzir a taxa de inflação no próximo ano, e, embora esse programa pareça manter-se na linha do gradualismo que vem sendo seguido desde 1964, deve-se convir em que é um pouco menos gradualista do que o anterior e visa a atacar o mal pela raiz, isto é, pelo déficit do setor público.

O teor desse importante documento, que exigirá pesados sacrifícios, deveria ser exposto e explicado claramente à Nação. E, no entanto, parece que não chegou sequer a ser discutido no seio do Conselho Monetário, onde teria sido apenas "comunicado". Queremos frisar que não nos opomos, em princípio, ao programa do governo, e que não julgamos que suas metas — pelo menos as que foram divulgadas na imprensa — sejam inatingíveis, conforme o julgamento do ex-presidente do Banco Central, sr. Carlos Geraldo Langoni. Temos sempre encarecido a necessidade de dar primazia ao combate

contra a inflação e de, para isto, acabar com o déficit do setor público, déficit este que, num documento que escreveu em 1963 para a Anpes, o professor Antônio Delfim Netto havia apontado como a fonte de todos os males da economia nacional.

Parece-nos, entretanto, que um governo como este, hoje desacreditado por haver mudado tantas vezes, desde 1980, sua política econômica, não poderia ter deixado de revelar claramente à Nação o novo rumo que está seguindo nem de expor com toda a franqueza, a um povo espezinhado pelas consequências dramáticas de três anos de recessão, o que deve esperar das medidas a serem tomadas em consonância com as novas metas. A questão não era responder ao ex-presidente do Banco Central, mas, simplesmente, pelo menos, mostrar que o custo social deste perpétuo convívio com a inflação só pode agravar a presente recessão. O governo, todavia, parece mais propenso a seguir seu velho lema: decretar, em lugar de justificar.

Já nem é mais necessário profligar hoje a carcomida política gradualista. O professor Bulhões, que foi o pai desse gradualismo, como também, aliás, da correção monetária, diz hoje que é preciso acabar com a correção monetária e renunciar à ilusão do gradualismo. O governo entende que já abandonou a política gradualista e até já é posto, por isto, no banco dos réus. Pedir-lhe que mostre à Nação que está, realmente, dando um largo passo à frente e que não reuniu estas eminentes figuras do mundo econômico simplesmente para efetuar um corte de 500 dólares no dinheiro dos turistas — que só vem oficializar, mais uma vez, o mercado paralelo... — é pedir-lhe, na verdade, muito pouco.